

**CHARLEY
TEIXEIRA CHAVES**

INCONSTITUCIONALIDADES
/ ILEGALIDADES
do Código de Processo Penal





Conselho Editorial

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Editor Chefe

Plácido Arraes

Editor

Tales Leon de Marco

Produtora Editorial

Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico

Leticia Robini

Diagramação

Bárbara Rodrigues

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2022, D'Plácido Editora
Copyright © 2022, Charley Teixeira Chaves.

São Paulo

Av. Paulista, 2073, loja 120, Conjunto Nacional, Bela Vista – São Paulo – SP CEP 01311-940

Belo Horizonte

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

1225982

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

Chaves, Charley Teixeira
CS12 Inconstitucionalidades / ilegalidades do Código de Processo Penal / Charley
Teixeira Chaves. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.
178 p.

ISBN 978-65-5589-594-0

1. Direito 2. Direito penal I. Título.

CDD: 341.5

Sumário

<i>Introdução</i>	11
1. Teoria constitucionalista do processo	15
1.1. Antinomia.....	24
1.1.1. Hermenêutica Constitucional – Espécies de decisões proferidas pelo STF no controle de constitucionalidade.....	26
2. Sistema inquisitório presente no CPP	29
2.1. “Verdade” real – atuação substitutiva da função ministerial.....	33
2.2. Princípio da verdade real – Antinomias.....	39
2.2.1. Restrição à liberdade de pesquisa da verdade real.....	42
2.3. Sistema misto, inquisitório reformado ou napoleônico.....	43
2.3.1. Juiz das garantias.....	48
2.4. Exclusão do inquérito policial diante da violação dos princípios: da imparcialidade, do contraditório, da ampla defesa, da isonomia e da prova ilícita.....	52

2.4.1. As investigações policiais violam diversos princípios constitucionais. Não reaproveitamento não sanado apenas com simbólico princípio do contraditório.....	53
2.4.2. Da necessidade da exclusão do inquérito policial para o modelo democrático constitucionalizado.....	54
2.4.3. Da imparcialidade do julgador na construção da prova.....	59
2.4.4. Ônus da prova. Da inadmissão do inquérito policial princípio do <i>in dubio pro societate</i>	61
2.4.5. Teoria dos frutos da árvore envenenada - Investigação preliminar inquisitorial.....	64
2.4.6. Conclusão.....	71
2.5. Princípio ou mito do <i>in dubio pro societate</i>	73
3. A presença de advogado durante o interrogatório policial - crimes de abuso de autoridade.....	77
3.1. Obrigatoriedade do advogado no procedimento judicial.....	79
3.2. Da presença do advogado na fase da prisão em flagrante e audiência de custódia.....	80
3.3. Conclusão.....	84
4. O assistente de acusação.....	87
4.1. O procedimento com enfoque na vítima.....	92
5. A iniciativa instrutória do juízo no procedimento penal.....	101
5.1. O problema da correlação entre acusação e a sentença.....	111

9.1. Alegações orais sentença oral.....	157
9.2. Da violação da isonomia.....	162
9.3. Da violação da celeridade impulsionada pelo procedimento oral.....	164
9.4. Conclusão.....	166

Referências	169
--------------------------	------------